



POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO FOMENTADORA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE GERVÁSIO MAIA – JOÃO PESSOA/PB COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA: contradições em seu avanço e retrocesso

Fernanda Gomes Mattos¹

Resumo: A gestão social, sob a influência e determinações neoliberais, insere-se na relação entre Estado e sociedade, profundamente marcada pelas contradições inerentes a essa relação. Nesse sentido, o estudo objetivou compreender a gestão social na comunidade Gervásio Maia – João Pessoa/PB, especificamente suas lideranças comunitárias, a partir de sua relação com o órgão gestor municipal desta capital. Assim, mediante adoção de metodologias quanti-qualitativas e da análise teórica crítica, a pesquisa desenvolvida permitiu constatar que a atual gestão é influenciada pelos preceitos neoliberais, eivada de contradições, onde ora há o avanço na perspectiva emancipatória da comunidade, ora há o retrocesso na sua desmobilização.

Palavras-chave: Relação entre Estado e sociedade, gestão participativa, lideranças comunitárias.

THE POSSIBILITIES OF NA ADMINISTRATION WHICH STIMULATES THE SOCIAL PARTICIPATION AT THE COMMUNITY GERVASIO MAIA WITH THE PREFECTURE OF JOAO PESSOA-PB: contradictions in its advance and retrocession

Abstract: The social administration, influenced by the neoliberal determinations, it's inserted at the relation between State and society. This way, this study intends to comprehend the social administration at the community Gervasio Maia – João Pessoa/PB, specifically its community leaderships, starting from its relation with the city administration. Therefore, using quantitative and qualitative methodologies, such as a critical theoretical analysis, this research allowed us to verify that the present administration is influenced by the neoliberalism ideals filled with its contradictions, in a process that advances in a community perspective and, at the same time, goes backward in its demobilization.

Key words: Relation between State and society, participative administration, community leaderships.

¹ Estudante. Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social. E-mail: fernandagmattos@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A sociedade transmuta-se permanentemente ao acompanhar o movimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que a atravessam constantemente, uma vez que sua característica é dinâmica, nunca imutável. Nesse sentido, o modo de produção capitalista que se instaura a partir da estruturação societal de duas classes sociais fundantes – burguesia e operariado - envolve todas as áreas da vida em sociedade, transformando-as. As relações sociais, forjadas à luz dos interesses de classes contraditórios, engendram-se com vistas à manutenção ou à ruptura da ordem capitalista. Atualmente, vive-se o neoliberalismo, entusiasta defensor do sistema de produção vigente.

Para manutenção da ordem capitalista teceu-se a ideologia neoliberal de forma a legitimar a sua hegemonia. Tal legitimação não significa, nos limites da sociedade burguesa, a imposição apenas coercitiva dessa ideologia por parte dos seus defensores, a classe dirigente. Na égide do neoliberalismo, ao Estado remete-se um sentido de pseudo-neutralidade, de representante do “bem comum”, como se este não fosse perpassado pelas contradições geradas pela sociedade capitalista. Nessa perspectiva, “O Estado apresenta-se perante os indivíduos como se fosse neutro, acima dos interesses de classe, como mediador e amortecedor dos conflitos sociais” (PASTORINI, 2007, p. 91), ou ainda

[...] como um instrumento que atende igualmente aos diversos interesses da sociedade em seu conjunto, quer dizer, como uma instância ‘deseconomizada’ que, considerada sob uma perspectiva eminentemente administrativa, procura elevar os níveis de vida de todos os habitantes, maximizando a igualdade e o bem-estar da população. Tudo isto num pretendido contexto de escassa conflitividade sociopolítica (PASTORINI, 2007, p. 75).

Ora, pensar o Estado como isento das contradições de classe é destituir seu caráter histórico, removendo-o da dinâmica conjuntural que compõe a sociedade capitalista. Trata-se de uma concepção conservadora, cujo objetivo é desmistificar o antagonismo dos interesses de classes presente nessa sociedade. Conforme assevera Harvey (2005), a função do Estado está intimamente relacionada à manutenção da ordem burguesa. Todavia, nada é monolítico, portanto, é um equívoco imaginá-lo como uma força superior controlada pelas classes dominantes para obtenção exclusiva de seus interesses.

Nesse entendimento, aponta Harvey, “[...] é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores” (2005, p. 88), visto que este se configura como um campo contraditório



de lutas políticas e sociais, onde há possibilidades tanto para a dominação/exploração, quanto para as ações e reações das classes subalternas (AMARAL, 2008), afinal, o Estado não é um instrumento ilimitado de acumulação do capital.

Dessa forma, ratifica-se sua natureza contraditória, uma vez que através do Estado é possível a legitimação tanto do projeto de hegemonia das classes dirigentes, que o controla, ligados à concepção neoliberal; quanto à contra-hegemonia derivada dos movimentos de organização política das classes subordinadas, que buscam a construção de uma sociabilidade que extrapole a ordem do Capital, na busca de consolidação de uma nova cultura.

Em torno desse quadro conjuntural, insere-se o objeto desta investigação que objetivou analisar as formas de organização da comunidade, através da atuação de sua liderança, na defesa dos interesses coletivos junto ao órgão gestor municipal da cidade de João Pessoa/PB.

Este estudo configurou-se como uma pesquisa de campo no Conjunto Habitacional “Gervásio Maia” – João Pessoa/PB, realizada em janeiro e fevereiro de 2009. Fundamentou-se analiticamente na perspectiva histórico-crítica da realidade, de recorte dialético-marxista, em torno das mediações macrosocietárias que perpassam as relações sociais. Os sujeitos da pesquisa foram os líderes comunitários do Conjunto Habitacional, construído através do Programa Habitacional de Interesse Social – Lei 518, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa mediante a metodologia do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

O universo da pesquisa era composto de 18 lideranças. Para desenvolver a pesquisa, formulou-se se a amostra, de caráter aleatório por acessibilidade. “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo” (GIL, 2008, p. 97). A amostra constituiu-se de 55,5%, ou seja, 10 (dez) líderes comunitários.

Na fase de coleta de dados os instrumentos e técnicas utilizados foram: a entrevista semi-estruturada junto aos líderes comunitários e a observação assistemática; na análise dos dados foi adotada a abordagem quanti-qualitativa onde foi utilizado o método de triangulação (MINAYO, 2005) em que se procedeu à interlocução entre a análise dos dados empíricos via a categorização temática (BARDIN, 2007), a análise estatística descritiva através do uso de Tabelas, Gráficos e Quadros, e, a análise teórica de autores que estudam as categorias que perpassam o objeto deste estudo.



2 Possibilidades da Gestão Fomentadora da Participação Social no Conjunto Habitacional “Gervásio Maia” em João Pessoa/PB: uma análise a partir das lideranças comunitárias

A análise adotada centra-se nas possibilidades de uma gestão fomentadora da participação social, fundamentada em princípios democráticos, bem como nas contradições advindas dessa relação, atravessadas por interesses divergentes no contexto da sociedade capitalista.

Os dados apresentados e analisados, inicialmente, referem-se à frequência com que as lideranças procuram a Prefeitura Municipal de João Pessoa para expressar as suas necessidades, as dificuldades encontradas para manter esse diálogo e o nível de atendimento das necessidades da comunidade pela gestão municipal.

60% das lideranças afirmaram que mantêm o diálogo com a Prefeitura “- *sempre que precisam*”. Desse modo, 40% das lideranças disseram não procurar a Prefeitura para dialogar acerca das necessidades da comunidade. Dentre as justificativas dadas, 03 lideranças afirmaram que “- *não tem interesse*”; e 01 justificou que “- *a função de articulação política é delegada a outro*”.

A respeito da falta de interesse indicada por 03 lideranças, fica o seguinte questionamento: como pode uma liderança comunitária representar politicamente os interesses de sua comunidade se a esta não interessa a devida articulação/negociação com o órgão gestor municipal²? Na verdade, os próprios interesses dessas lideranças ficam comprometidos, tendo em vista que manter-se alienado à política configura-se como uma forma de apoiar incondicionalmente as decisões do governo (DALLARI, 1999) nem sempre benéficas para a comunidade.

A importância do poder local no processo de potencializar a participação na gestão social é indiscutível, mas, esta é possível a partir da adoção de uma gestão inovadora, nos termos de Silva (2004, p. 82) em que “[...] as negociações são tomadas através da negociação entre os técnicos e a comunidade, com a participação efetiva da sociedade”. Trata-se de um modelo que exige uma gestão fundamentada em princípios democráticos na relação entre o órgão gestor municipal e a comunidade (e/ou as suas lideranças).

² Entende-se que a devida articulação com o órgão gestor municipal não é a única possibilidade de luta de determinada organização política comunitária, mas se considera essencial para avançar na gestão social, fundada em preceitos democráticos.



Entre os 40% dos entrevistados que afirmaram não procurar dialogar com a PMJP, as justificativas foram as seguintes: a função de articulação política é delegada a outro da organização, portanto, não lhe dizendo respeito (10%); e que a articulação com a Prefeitura não interessa (30%).

Em relação à delegação da tarefa de articulação política, a resposta refere-se às funções distribuídas dentro do Conselho dos Moradores do “Gervásio Maia”. Tal organização se institui em setores subdivididos em temáticas: educação, articulação política, etc. Nesse caso, a liderança entrevistada não pertence ao setor de articulação política, o que não a isenta de reivindicar os direitos da comunidade, enquanto seu representante.

Outro aspecto que pode comprometer o desenvolvimento da mobilização da comunidade é a alienação acerca da instrumentalidade para materializá-la. Questionadas sobre as formas de mobilização desenvolvidas na comunidade, das 06 lideranças que afirmaram manter diálogo com a Prefeitura, 02 não responderam quais são as formas de mobilização, ou seja, dizem participar, mas não sabem como. De acordo com Peruzzo (1998), a participação popular deve ser fruto, além de decisões políticas, de metodologias operacionais que a materialize. Sem a consciência dos instrumentos/técnicas através da qual a participação se desenvolve, há o comprometimento do processo de participação dessa comunidade. As formas de mobilização citadas foram reuniões, termos de reivindicação, ofícios, comissões para representação e plenárias.

O atendimento das necessidades da população através do Estado via políticas sociais decorre da relação sócio-política entre Estado, sociedade e mercado. Apesar de o Estado ter como função principal a manutenção das relações propícias à relação de exploração/dominação no seio da comunidade, em detrimento dos interesses gerais das classes subalternas, este não pode isentar-se de tais influências. É nessa perspectiva que se torna importante a comunidade continuar a expor suas necessidades e a exigir respostas para elas, visto que sua representação indica visibilidade para suas necessidades, e, ao mesmo tempo, impele o poder executivo a reconhecê-la, conforme observa Mota (2008, p. 25): “[...] é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades [...] as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social”.

Porém, a maior recorrência nos dados apresentados é em relação ao não atendimento das necessidades (90%).

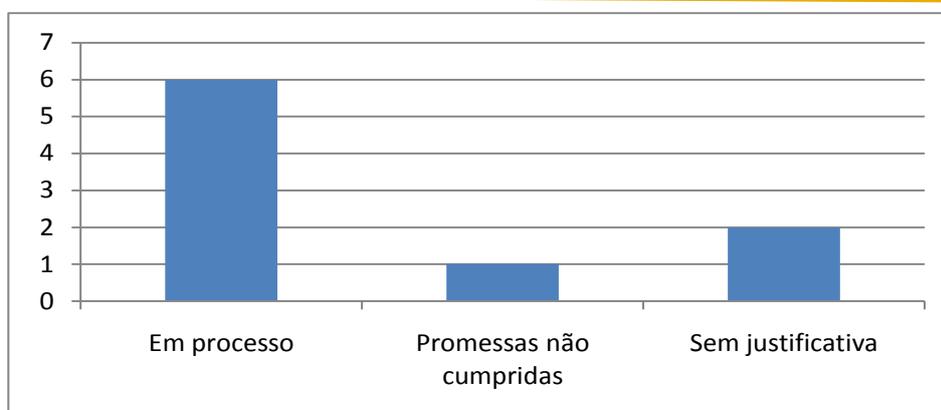


Gráfico 1 – Não atendimento das necessidades da comunidade segundo as lideranças entrevistadas. João Pessoa, 2009
Fonte: Primária, 2009

Dentre o percentual que nega o atendimento às necessidades, encontram-se duas justificativas: a de que as necessidades ainda estão sendo atendidas, portanto em processo (60%); e a de que não foram atendidas, são promessas não cumpridas (10%); e duas lideranças não justificaram o porquê das necessidades não estarem sendo atendidas (20%).

A baixa incidência na afirmativa de atendimento as necessidades, nos remete a articulação das necessidades humanas ao sistema de produção capitalista, tendo em vista que enquanto existir um sistema que produza e reproduza expressões da questão social continuamente na sociedade, as necessidades sociais serão constantes e sempre renováveis. Nesse aspecto, Viana e Levcovitz (2005) ratificam tal entendimento, quando afirmam que as necessidades sociais se originam e se reproduzem nas relações de desigualdades impostas pelo modo de produção que não suporta a igualdade, gerando fatores políticos, sociais e culturais que reproduzem continuamente as necessidades sociais.

Acerca das dificuldades ou não para dialogar com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, segundo 80% das lideranças entrevistadas, não há dificuldades. As justificativas mencionadas são: a articulação organizada da comunidade, através de reuniões, comissões representativas, ofícios elaborados por toda a comunidade; a Prefeitura Municipal ser passível ao diálogo; e o conhecimento de “pessoas certas”.

A articulação da comunidade para dialogar com a gestão municipal indica que a comunidade utiliza-se de sua capacidade organizativa para buscar a resposta das suas necessidades via mobilização política. Nesse sentido, a Prefeitura encontrar-se aberta ao diálogo se torna um passo importante para a efetivação da participação, pois abre espaço para a democratização do poder. Entretanto, torna-se pertinente a devida cautela da



população, bem como o acompanhamento crítico à dinâmica social, pois, conforme aponta Demo (1999), muitas vezes a estratégia de organização de governo serve para sua legitimação, não como instrumento de divisão de poder, comprometendo sobremaneira a possibilidade de uma prática democrática.

Duas lideranças não souberam justificar o porquê da facilidade para dialogar com a PMJP. Há de se ter o cuidado da desmobilização ser tão sutil que a organização não a percebe. Ademais, a participação corre o risco de assumir formas de mera formalidade burocrática (RONCONI, 2009), prejudicando em potencial sua efetividade, no que diz respeito aos interesses da comunidade. Sobre esse risco Singer (1998) alerta, ao enfatizar que os espaços criados para a participação no âmbito institucional podem, potencialmente, ser esvaziados de tal perspectiva, via a burocratização e sua descaracterização enquanto espaço de negociação política.

Dentre as afirmativas dos entrevistados de haver dificuldades (20%), a interferência para se comunicar com gestores e as “promessas” são consideradas como fatores que visam desmobilizar a comunidade. São questões que indicam a possibilidade de uma gestão burocrática que objetiva a desmobilização através de promessas de respostas as necessidades sociais que não se efetivam ou, talvez, de forma individual.

Os interesses individuais sempre perpassaram as relações políticas, sobretudo no ideário da sociedade neoliberal. Destarte, a nova cultura da gestão participativa embasada pós Constituição Federal de 1988 sofre atentados diários de perspectivas políticas conservadoras, ainda regulamentadas pelo autoritarismo, coronelismo, paternalismo, personalismo e afins. Depreende-se que a gestão política no Brasil, inclusive em nível municipal, tem o desafio de ultrapassar essas características conservadoras que se encontram enraizadas, para assim, ser possível a transposição da gestão social meramente burocrática, formalizada para a de caráter participativo e democrático.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigativo objetivou analisar as implicações das contradições inerentes da sociedade capitalista na relação entre Estado e sociedade, na realidade empírica da comunidade “Gervásio Maia”, usuária de um Programa Habitacional Municipal, e da sua relação com o referido órgão gestor municipal de João Pessoa/PB. A partir da



leitura dos dados empíricos foram levantadas constatações pertinentes acerca dessa relação, o qual revela avanços e retrocessos em sua dinâmica.

As lideranças da comunidade “Gervásio Maia”, em sua maioria, buscam manter o diálogo constante com a Prefeitura Municipal de João Pessoa para expressar suas necessidades, o que revela que, apesar das dificuldades encontradas para se manter tal diálogo, entre a comunidade e este órgão gestor há a possibilidade de uma interlocução capaz de verdadeiramente conhecer e responder as demandas sociais da comunidade.

Entretanto, contraditoriamente, o diálogo daí decorrente e os canais de participação emergentes dessa relação podem se configurar como meios que dificultam a mobilização e a participação da comunidade, visto que há a possibilidade de desmobilização da comunidade a partir de tais desdobramentos, ao passo que nessa relação os interesses da população moldam-se aos interesses do gestor municipal.

Ainda há as lideranças que não têm interesse em buscar essa interlocução, o que acaba por comprometer os interesses da comunidade que representam. Nesse sentido, entende-se que a influência da atual ideologia neoliberal, centrada no individualismo em detrimento do coletivo, perpassa todas as estruturas societárias, sendo essa constatação diretamente relacionada com a cultura da gestão pública vigente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana. A categoria sociedade civil na tradição liberal e marxista. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos; 104)

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**: as funções da assistência e da previdência sociais. 11 ed, São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.



HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço Social**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edimilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? *In*: MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. 2.ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Os dilemas gerenciais do Serviço Social**. Disponível em < http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/dilemas_gerenciais.pdf>. Acesso 20. Fev 2009.

SINGER, Paul. Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras. *In*: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BRAVA, Silvio (orgs.). **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão Pública e transformação social no Brasil. *In*: HERMANNNS, Klaus (Org.). **Participação Cidadã**. Novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004, p. 61-86.

VIANA, Ana Luiza d'Avila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. *In*: VIANA, A. L.; ELIAS, P. E. M.; IBANEZ, N. **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.